

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM INSTITUTO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA - ICSEZ
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

KELYSON GOMES DA SILVA
MARCIA RAMOS MARINHO
ROBERTA PINHEIRO BRANDÃO

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE UM
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS

PARINTINS
2025

KELYSO GOMES DA SILVA
MARCIA RAMOS MARINHO
ROBERTA PINHEIRO BRANDÃO

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE UM
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Educação Física
da Universidade Federal do Amazonas (UFAM),
como requisito para obtenção do Grau de
Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof(a). Ma MARIANA PEREIRA DE ANDRADE

PARINTINS
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586a Silva , Kelyson Gomes da

Acessibilidade e inclusão: uma análise documental de Um Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola estadual do município de Parintins / Kelyson Gomes da Silva , Marcia Ramos Marinho, Roberta Pinheiro Brandão. - 2025.
23 f. ; 31 cm.

Orientador(a): Mariana Pereira de Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins, Curso de Educação Física, Parintins, 2025.


1. Inclusão. 2. Acessibilidade. 3. PPP – Projeto Político Pedagógico. 4. Lei Brasileira de Inclusão . I. Marinho, Marcia Ramos . II. Brandão, Roberta Pinheiro . III. Andrade, Mariana Pereira de. IV. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins. Curso de Educação Física. V. Título

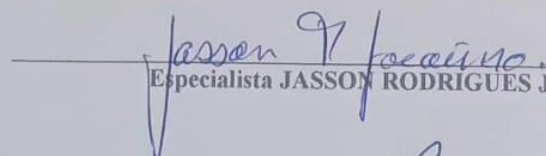
KELYSON GOMES DA SILVA
MARCIA RAMOS MARINHO
ROBERTA PINHEIRO BRANDÃO


**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE
DOCUMENTAL DE UM PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO - PPP DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Trabalho apresentado com o intuito de
obtenção de nota na disciplina
Orientação de TCC II e por
consequente o título de LICENCIADO
pelo curso de Licenciatura em
Educação Física do ICSEZ/UFAM.

Aprovado em: 04/12/2025


Dr DIOGO SILVA DO NASCIMENTO


Especialista JASSON RODRIGUES JACAÚNA


Ma MARIANA PEREIRA DE ANDRADE
Orientadora

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, representa-nos a concretização de uma importante etapa da nossa trajetória acadêmica e pessoal. Dedicamos a todas as pessoas que acreditam em nós e nos apoiaram e de diferentes formas nos deram sua contribuição para a realização deste estudo. Cada palavra aqui carrega uma imensidão de muita força, coragem, persistência, por nos manter de pé diante dos obstáculos. Dedicamos a nós três, autores deste estudo que conduzimos juntos. Este resultado representa nosso esforço coletivo, nossa união, e muitas vezes choramos, lutamos, caímos, levantamos e mesmo assim persistirmos e hoje vimos que cada esforço valeu a pena e nós conseguimos!

Inicialmente, expressamos nossos agradecimentos à DEUS, nossas famílias, que nos apoiaram incondicionalmente, nos incentivaram e nos compreenderam naqueles momentos de maior exigência acadêmica e que foram fundamentais para que nós pudéssemos avançar com os nossos compromissos e dedicação ao longo desse percurso acadêmico. Este agradecimento vai também para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) por ter sido a entrada de conhecimento e toda experiência adquirida nesta instituição, somos gratos por nos abrir portas e adquirir conhecimento e fazer parte da nossa história.

Registramos também, nosso profundo reconhecimento, ao todos os professores, e em especial, à nossa orientadora, pela disponibilidade, pelo comprometimento, aos ensinamentos que foram essenciais para nosso desenvolvimento intelectual e para a qualidade da nossa pesquisa, agradecemos a banca avaliadora que aceitaram fazer parte deste momento importante que contribuiu de forma significativa para o nosso crescimento, aos colegas de curso e amigos, nossa gratidão pelas trocas de experiências e conhecimento, pelas conversas que por muitas vezes, aliviaram a rotina acadêmica e por fim, agradecemos à todos que direta e indiretamente, fizeram parte dessa construção, seja, oferecendo palavras de apoio, compartilhando experiências, disponibilizando ajuda, ou até mesmo acreditando no nosso potencial, a cada contribuição por menor que seja, guardamos um profundo sentimento de gratidão.

Resumo

O artigo visa enfatizar a importância da inclusão dos PCDs na escola, norteando-se sobre o acesso à educação elucidada perante a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o documento institucional, adota concepções a um modelo padronizado, destacando a importância do acesso e da participação inclusiva dos alunos, o estudo teve por objetivo analisar como a inclusão dos alunos com deficiência é tratada no PPP de uma escola estadual do município de Parintins. O processo foi elaborado em três etapas principais: leitura do documento digital, análise crítica para certificar as informações presentes no documento e posteriormente foi feita uma apresentação pública para a comunidade acadêmica. Certificou-se durante a análise do documento, algumas informações essenciais no qual se retratou ausentes e insuficiente, resultando em lacunas significativas. No entanto, apesar do documento ter apontado alguns pontos importantes referentes a inclusão e suas relações como às práticas educativas e a organização institucional, ainda é omissa determinadas informações voltadas à inclusão escolar. Em síntese, o PPP apresenta princípios inclusivos, mas ainda necessita garantir práticas pedagógicas aprofundadas que asseguram a participação dos alunos com deficiência. Portanto, através da análise documental no qual foi identificada a carência de informações importantes, sugere-se uma pesquisa de campo na escola onde se realizou o estudo, onde possa permitir que determinadas informações até então restritas, sejam expostas de maneira clara e objetiva, com isso identificar possíveis necessidades de melhorias. E que o PPP necessita se adequar de acordo com a nova normativa recente.

Palavras-chaves: Inclusão, Acessibilidade, PPP – Projeto Político Pedagógico

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of including people with disabilities (PWDs) in schools, focusing on access to education as outlined in the Brazilian Inclusion Law and the National Education Guidelines and Bases Law. The institutional document adopts a standardized model, highlighting the importance of access and inclusive participation of students. The study aimed to analyze how the inclusion of students with disabilities is addressed in the Pedagogical Project (PPP) of a state school in the municipality of Parintins. The process was developed in three main stages: reading the digital document, critical analysis to verify the information present in the document, and subsequently a public presentation to the academic community. During the document analysis, some essential information was found to be absent or insufficient, resulting in significant gaps. However, although the document points out some important aspects regarding inclusion and its relationship to educational practices and institutional organization, certain information related to school inclusion is still omitted. In summary, the PPP presents inclusive principles, but still needs to guarantee in-depth pedagogical practices that ensure the participation of students with disabilities. Therefore, through document analysis which identified a lack of important information, a field study is suggested at the school where the study was conducted. This would allow certain previously restricted information to be presented clearly and objectively, thus identifying possible areas for improvement. Furthermore, the PPP (Political-Pedagogical Project) needs to be adapted to the recent new regulations.

Keywords: Inclusion, Accessibility, PPP – Political-Pedagogical Project

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
PCD	Pessoa Com Deficiência
PPP	Projeto Político Pedagógico
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PAEE	Plano de Atendimento Educacional Especializado
AEE	Atendimento Educacional Especializado
GAEE	Gerência de Atendimento Educacional Específico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
TEA	Transtorno do Espectro Autista
PNEEI	Política Nacional de Educação Especial Inclusiva

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral	11
2.2 Objetivos Específicos.....	11
3 METODOLOGIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.1 Acessibilidade Física / Arquitetônica	14
4.2 Tecnologia Assistiva - Instrumental	16
4.3 Acessibilidade Metodológica e Atitudinal.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015) a inclusão dos alunos com deficiência na escola, é um processo que visa garantir equidade no acesso à educação, promovendo o desenvolvimento social e emocional de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. Quando falamos de inclusão vale ressaltar que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/1996), as escolas têm por obrigação garantir e promover que a pessoa com deficiência – PCD – tenha igualdade e condições como as demais, assegurando também o atendimento educacional especializado.

Com base nas diretrizes, a formação continuada dos professores também se torna cada vez mais complexa e necessária, seja em relação a cursos, capacitações em massa e atualização de perspectivas teórico-metodológicas considerando as alterações cada vez mais rápidas do perfil dos estudantes e as demandas da sociedade.

A formação inicial, principalmente nas licenciaturas, atualmente prevê como conteúdos obrigatórios no currículo temas abordando a inclusão escolar. Discutindo diversas formas de como incluir os estudantes e normativas sobre a educação inclusiva na escola. O ambiente pode ser acessível para todos, mas se não houver atitudes adequadas, não será um ambiente inclusivo. Em alguns casos a falta de conhecimento das leis e das políticas públicas se torna mais um desafio, para os alunos e seus familiares.

Neste cenário, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) se estabelece como um meio primordial para assegurar que esse direito seja realizado no ambiente escolar. Trata-se de um documento apresentado da escola, com metas, princípios, diretrizes e com práticas, para que seja construído em conjunto com todos no ambiente escolar. Deste modo, esperamos que o PPP faça uma análise pedagógica da instituição, sobre políticas públicas sobre a inclusão e a valorização das diferenças e manter um olhar cuidadoso, e cobrar por políticas públicas da instituição.

O PPP é um documento que compõe e conduz sobre a prática educativa de uma escola demonstrando sua missão, identidade, valores e os objetivos. Este documento que é elaborado pelos gestores, professores, funcionários, estudantes e a comunidade, vale ressaltar que o PPP mostra o compromisso com a formação

o papel fundamental na gestão administrativa, social, valorização dos estudantes, diversidade.

A escola na qual foi feita a análise do documento está situada no interior do Amazonas, onde conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2025 é de 102.855 habitantes, e a densidade demográfica é de 16,18 moradores por quilômetros quadrados. O bairro está situado em área periférica com alto índice de violência, caracterizada por condições sociais e demográficas marcadas por significativas desigualdades. Trata-se de um bairro adjacente a áreas centrais, a comunidade atendida pela instituição é composta, majoritariamente, por famílias de baixa renda.

Essas condições reforçam a importância do papel social da escola enquanto espaço de acolhimento, nesse sentido, compreender a realidade local torna-se fundamental para este estudo. O bairro possui energia elétrica, infraestrutura de abastecimento de água e esgoto e asfalto. As residências são mistas de alvenaria e madeira, existindo alguns estabelecimentos comerciais, bares, vendas, igrejas das mais diversas religiões, churrascarias, farmácias, loteria, posto de gasolina entre outros.

Atualmente o bairro encontra-se em uma importante avenida que dará acesso a outros bairros, de acordo com o PPP a escola atende cerca de 971 alunos do ensino médio, 69 professores e 18 servidores distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Como público do PAEE estão matriculados em 2025 o total de 56 estudantes, destacando-se como uma das escolas com o maior número de estudantes com PCDs com laudos no município de Parintins, tornando-se este o motivo da escolha dessa instituição para o presente estudo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como a inclusão dos alunos com deficiência é tratada no Projeto Político-Pedagógico de uma escola estadual do município de Parintins.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) contempla diretrizes e ações voltadas à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência.

- Verificar se as práticas e orientações presentes no PPP estão alinhadas às legislações e políticas nacionais de inclusão.

3 METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa descritiva, com uma abordagem que se dedica a investigar os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais e do comportamento humano (Cardano, 2017). A pesquisa qualitativa permite uma abordagem mais fluída e adaptável, sem a necessidade de um plano de Design rigoroso (LUNETTA et al., 2024). Optou-se por estudo de caso analítico documental, pois o foco principal foi a investigação aprofundada sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar por meio da análise do PPP de uma determinada escola de ensino fundamental dois e médio regular do município de Parintins, em que consta um dos maiores registros de estudantes com deficiência com Laudo matriculados na rede regular de ensino em Parintins-Am.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição de ensino, na qual foi feita a análise do documento através do PPP, a mesma está localizada no perímetro urbano do município de Parintins, ela oferta a modalidade de Ensino Fundamental II e Médio Regular desde 2011.

O instrumento utilizado nesse projeto foi a análise documental e a leitura crítica do PPP do educandário, visando identificar os pontos favoráveis presentes no documento da escola, os tipos de apoio ao aluno PAEE e os pontos negativos que não foram encontrados durante a análise documental.

Essa pesquisa desenvolveu -se em etapas:

- 1ª etapa: coleta dos dados, em forma digital do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar
- 2ª etapa: análise e leitura crítica do documento, para assim verificar em que medidas o documento contempla o PAEE no PPP.
- 3ª etapa: tornar público a análise crítica a partir de uma apresentação oral para comunidade acadêmica.

Por questões éticas a escola não será identificada no texto desse trabalho, o acesso ao documento foi formalmente solicitado e disponibilizado aos pesquisadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise documental realizada considerando os itens apresentados foi possível pontuar as seguintes situações:

a) Pontos favoráveis presentes no PPP da escola:

Foi analisado alguns pontos positivos no documento para a inclusão dos alunos com deficiência, entre os itens favoráveis, não se pode deixar de mencionar as adaptações imediatas do espaço físico citadas no documento como destaque. Acrescentando-se a relevância que o PPP dá para o planejamento e execução de propostas pedagógicas adaptadas, assim como ampliar metodologias alternativas, utilizando recursos que possam auxiliar os alunos, dentro do ambiente escolar, como o funcionamento da sala de recursos multifuncionais tipo I e II, pela Gerência de Atendimento Educacional Específico - GAEE.

Além de o documento mostrar que a escola possui profissionais qualificados na área da inclusão e, que atuam em diversas funções: professores intérpretes de libras, atuando junto aos estudantes surdos, profissionais de apoio escolar os quais acompanham e dão suporte aos estudantes com deficiência e/ou transtornos que necessitam de auxílio para locomoção e alimentação. Diferenciando-se em relação a outros estudos, como Bauru (2019) em que essas questões ainda encontram - se omissas no PPC avaliado na ocasião.

Observou-se a importância que a equipe escolar proporciona um atendimento adequado ao PAEE, colocando à disposição um ambiente adequado para que esses alunos possam permanecer na instituição de ensino.

b) Tipos de apoio ao aluno PAEE:

As informações apresentadas neste PPP, proporcionam a efetivação dos alunos com deficiência, no qual em alguns momentos o aluno PAEE é mencionado, alguns com deficiência auditiva, autismo infantil, baixa visão, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência múltiplas e surdez.

Conseqüentemente o projeto político pedagógico, mostra um ambiente totalmente preparado para atender esse público. Contando com um ambiente físico adequado para o deslocamento dessas pessoas e, com recursos pedagógicos para um melhor ensinamento e, tendo sala de recursos multifuncionais para auxiliar, sem contar os profissionais que os acompanham.

c) O que não foi encontrado na análise do PPP:

Não há menção no PPP detalhada acerca do mecanismo que possibilita autonomia e protagonismo ao aluno com deficiência, pois o PPP cita atividades adaptadas e acompanhamento, mas não demonstra as estratégias de autonomia do estudante.

Embora o documento menciona que 40,9% dos professores têm qualificação para trabalhar na educação inclusiva e que a encontros para orientação, mas não há um detalhamento sobre um plano sequencial e estruturado para capacitação do corpo docente, principalmente em metodologia adaptativa.

No PPP mostra aquisição de materiais didáticos e tecnologia assistiva, mas não especifica quais são essas tecnologias. Embora seja mencionado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), não detalha como é feita a avaliação contínua e diferenciada do aluno com deficiência, como por exemplo, instrumentos de avaliação adaptadas. Na análise feita o documento aborda atividades complementares, mas não cita claramente a participação dos estudantes com deficiência em eventos escolares e esportivos, que é parte essencial da inclusão. Não existem dados ou indicadores que avaliam a efetividade da inclusão, como taxa de permanência, sucesso acadêmico, satisfação dos estudantes e famílias ou impacto das adaptações curriculares.

A seguir destacaremos três dimensões e suas perspectivas conforme análise realizada.

4.1 Acessibilidade Física / Arquitetônica

Dentro da revisão documental, percebe-se que o documento PPP destaca a preocupação da escola em garantir espaços acessíveis aos estudantes com deficiência. Em que o documento ressalta que a instituição oferece esse serviço de forma adequada, porém precisando de alguns ajustes e que o espaço que se destina às atividades do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pode ser considerado de boa qualidade, e a utilização dos espaços externos da escola feita pelos professores é feita de forma gradual e modesta, necessitando de melhor aproveitamento.

Com tudo a estrutura arquitetônica representa um dos princípios fundamentais para que ocorra a educação inclusiva, esse princípio vai além da simples presença do aluno no ambiente escolar, envolve garantir condições reais

de participação do indivíduo nas tomadas de decisões e a valorização de suas capacidades físicas e cognitivas.

Para que haja autonomia da PCD dentro da escola, vai além do simples acesso físico, incluindo a possibilidade de o aluno deslocar-se, participando das atividades promovidas e usufruir dos espaços adequados de forma independente e segura. A estrutura arquitetônica das escolas exerce influência direta no processo de aprendizagem e, no caso de estudantes com deficiência, torna-se um elemento essencial para a inclusão, por favorecer a autonomia (KOWALTOWSKI, 2011).

Diante da análise e reflexão feita no documento, foi observado a falta de informações acerca dos obstáculos arquitetônicos, em que não é apresentado no PPP, como documento que orienta as práticas e metas educacionais da instituição. Quando o documento não trata de forma clara e detalhada os obstáculos que a escola possui, surge uma indagação acerca de a escola atender ou não os padrões exigidos para a prestação de serviços educativos adequados às demandas de pessoas com deficiência. Para assegurar um ambiente escolar acessível, é fundamental reconhecer os obstáculos que dificultam ou impedem a participação, o desenvolvimento de atividades e a interação de estudantes com deficiência (Savi et al., 2020, p. 02).

De acordo com o INEP (2017), apenas 26% das escolas públicas e privadas do Brasil possuem estrutura arquitetônica dentro dos padrões de acessibilidade, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas determina, no qual a principal norma a ser observada é a ABNT NBR 9050:2020, intitulada Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, outra norma que podemos destacar é a norma que redige a acessibilidade do ambiente escolar como a NBR 16537/ 2024 Sinalização tátil do piso - diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

Considerando os dados apresentados, seria possível inferir que a escola analisada se encontra entre os 26% das instituições que atendem a essa demanda?

Contudo, a existência dessas adaptações não significa que a instituição seja totalmente acessível, pois, além das barreiras físicas, ainda persistem dificuldades de caráter atitudinal, social e outros fatores que comprometem a inclusão.

4.2 Tecnologia Assistiva - Instrumental

A tecnologia assistiva representa um importante campo voltado para a promoção da autonomia, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência em diferentes ambientes sociais e principalmente no contexto escolar, ela abrange desde o software e sistemas de comunicação, até os recursos físicos mecânicos.

O documento no qual foi pesquisado e feito a análise crítica de leitura, constou que a referida instituição de ensino ampara de forma inclusiva os alunos que necessitam de atendimento especial, a mesma inclui uma área chamada Sala de Recursos Multifuncionais, na qual possui dois atendimentos semanais aos estudantes do turno matutino e vespertino, auxiliando os mesmos com atividades extra curriculares diferenciadas, utilizando os materiais didáticos que os próprios professores da escola confeccionam e os demais materiais de apoio adquiridos pelo educandário através dos recursos destinados à projetos e programas federais.

No entanto, durante a análise documental do PPP da instituição, observou-se que ainda tratam a tecnologia assistiva de modo superficial e bastante teórico, sem dar detalhes sobre as reais ações concretas de implementações de materiais ou de formações docentes na área, há indícios de baixa integração efetiva dessas tecnologias no currículo e principalmente nas práticas pedagógicas limitando o impacto real dos estudantes com deficiência. Embora a escola demonstre um compromisso com um discurso teórico inclusivo no PPP, na prática é completamente diferente, pois, não diferente da realidade de muitas escolas, a instituição também enfrenta desafios estruturais pedagógicos, os professores não recebem formação adequada para utilizar tais recursos em sala de aula ou até mesmo não recebe formação suficiente para lidar com o próprio aluno com deficiência em sala de aula, o que influencia sua aprendizagem e desenvolvimento.

Bersch (2009), destaca que, “para que o direito à educação dos alunos com deficiência se realize de fato com o atendimento de suas necessidades específicas, garantindo-lhes igualdade de oportunidades e possibilidades de aprendizado, é que se fazem necessário na escola o conhecimento e a prática da tecnologia assistiva”, de modo geral, a análise crítica evidencia que o PPP reconhece de forma sucinta a importância da inclusão, entretanto, de forma prática, precisa apresentar objetivamente metas, recursos, parcerias e principalmente estratégias pedagógicas

que visam garantir a utilização da tecnologia assistiva como instrumento de inclusão e equidade.

A sala de recursos multifuncional, é um ambiente pedagógico destinada ao atendimento educacional especializado (AAE), voltada para os estudantes com deficiência, cujo seu principal objetivo é oferecer apoio complementar a ao aluno (a) com algum tipo de deficiência, garantindo assim o acesso, a permanência e o aprendizado desse aluno, destaca -se, que nesse espaço, o professor capacitado, utiliza vários recursos pedagógicos, tecnológicos e que contenha acessibilidade onde possa favorecer o desenvolvimento e autonomia do aluno dentro e fora do ambiente escolar.

Além disso, a SRM colabora para a criação de uma cultura escolar inclusiva, ao estimular a reflexão sobre a importância da igualdade e o respeito às diferenças, que são fatores essenciais para a construção de um espaço verdadeiramente burocrático e acessível.

A tecnologia assistiva é um conceito bastante amplo na qual abrange diversos mecanismos que podem ser usados como ferramenta de apoio ao aluno com deficiência, dentro dessa proposta, a mesma também é constituída por equipamentos de suporte corporal e funcional como: bengalas, próteses, cadeiras e outros recursos que contribuem para as atividades complementares desses alunos, além do suporte físico, os dispositivos instrumentais também possuem sua importância pedagógica e social, pois auxiliam no desenvolvimento da autoconfiança, ajudam na interação entre os alunos e na participação das práticas educativas, é como diz GALVÃO FILHO, (2013), construir uma escola dialógica, significa, em suas estruturas mais profundas, desenvolver mecanismos concretos de escuta e comunicação tanto em relação à sociedade em geral com suas novas dinâmicas, exigências e possibilidade, quanto em relação a cada aprendiz em particular que vivencia as diferentes necessidades de conhecer o mundo de hoje.

Vale enfatizar que ao observar a aplicação da tecnologia assistiva de uma escola para outra, é perceptível que sua eficácia depende muito de fatores como estrutura física, capacitação dos professores, e principalmente apoio de programas institucionais, alguns ambientes escolares disponibilizam de salas de recursos multifuncionais bastante equipadas, já outras, enfrentam limitações quanto ao acesso dessas ferramentas que por muitas vezes é devido à escassez de capacitação dos profissionais e até mesmo a carência de apoio das instituições governamentais.

4.3 Acessibilidade Metodológica e Atitudinal

Sobre a acessibilidade metodológica, é preciso adaptar a aprendizagem através das metodologias no qual se possam incluir os perfis de estudantes, está concentrada nas práticas e recursos de ensino. Já na acessibilidade atitudinal é centrada na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma cultura inclusiva dentro do âmbito escolar, onde o foco está no respeito entre as pessoas, vem focando nas posturas, comportamentos e atitudes das pessoas que estão presentes dentro do ambiente escolar. Ou seja, a metodológica é voltada para as práticas de ensino e a atitudinal para as posturas e comportamento. As duas se completam para poder garantir a inclusão dentro da escola de acordo com (GUERREIRO, E. M. B. R). Na realidade seria viável que toda escola pudesse caminhar com essas metodologias, visto que ao lidar com o ser humano é perceptível que se possa oferecer o melhor possível, almejando sempre o foco na educação como um todo.

Em suma, é essencial para que a inclusão seja realmente efetivada, é necessário que as escolas tenham um PPP, no qual possam adaptar as metodologias com a cultura atitudinal, onde se possa valorizar as diversidades, promovendo sempre os direitos de todos os envolvidos. Eis a questão da inclusão social é extensa para as escolas que ainda estão começando a se adaptar com esse termo.

Outra questão muito importante é a após a promulgação da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que assegura os direitos como a igualdade de oportunidades, acesso à educação inclusiva, direito à moradia digna e acessível (com reserva de vagas em programas habitacionais), acesso universal à saúde e inclusão no mercado de trabalho em ambiente acessível.

No dia 6 de julho a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 completou 10 anos, nessa uma década ocorreram muitos avanços, estes reconhecidos pelos especialistas e professores, no entanto ainda há muitas falhas que não devem passar em vão. Visto que, não é fácil lidar com a inclusão e que cada detalhe se tem suas particularidades. A Lei nº 13.146/2015 foi mantida e, em alguns aspectos, reforçada por meio de novas regulamentações e leis complementares menores (como a Lei 15.249/2025, que garante melhor comunicação para pessoas com deficiência). A mudança mais significativa e recente no contexto de outubro de 2025 está no Decreto nº 12.686/2025, que estabelece uma política de educação inclusiva mais restritiva em relação às escolas comuns, um tema que ainda está em discussão e

implementação.

Vale ressaltar que devido à falta de profissionais especializados em diversas deficiências, assim como o apoio e estrutura física não adaptada nas escolas permanecem sendo barreiras para a inclusão em determinadas escolas. Outro fator ainda a ser bastante existente em sala de aula são os alunos que estão incluídos em dentro do âmbito escolar sem se quer algum diagnostico de sua deficiência, e dessa forma acaba dificultando ainda mais o seu aprendizado que vai passando despercebido por não ter um monitor para acompanhar o mesmo. É necessários laudos dos casos para que se possa ter acompanhamento pelo monitor, e isso ainda dificulta muito, pois alguns alunos ainda não se têm o diagnóstico e muito menos o laudo.

No Decreto 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), prioriza a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns, criando a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. As principais mudanças incluem a obrigatoriedade do Estudo de Caso e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para acompanhamento individualizado, a exigência de formação mínima de 80 horas para profissionais de apoio e a criação de núcleos de acessibilidade em universidades federais.

Portanto, se faz necessário ter professores direcionados para a inclusão escolar, assim como ainda requer mais recursos para a formação continuada ou alguma capacitação que possam ser direcionadas para os professores da escola no qual possam se engajar no trabalho de inclusão satisfatório, sendo que a maioria que sai das universidades ainda não são preparados para atender a demanda dos estudantes com deficiência.

Atores que devem sempre estar presentes nas discussões, e de suma importância nas metodologias em ação, nomes renomados que lutam pela educação inclusiva como Mantoan (2003) que discute a educação inclusiva como direito nos faz refletir sobre como a escola têm se posicionado diante da efetivação da inclusão “A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência”. Para Mantoan que baseia a sua defesa da inclusão nos princípios da Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que abonam o direito de todos à educação, com

igualdade de condições de acesso e continuação na escola comum. Sobre a percepção de Mantoan a legislação (como a LBI, Lei nº 13.146/2015, e a legislação derivada) é de que ela é um instrumento fundamental viável para garantir o direito à diferença e combater a exclusão e o capacitismo nas escolas.

Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais. (Mantoan, p.15, 2003). O olhar da autora discorre sobre esse leque de possibilidades educacionais, no qual se pode inserir uma faceta de métodos educacionais o qual podem ser utilizados em sala de aula, ou seja, as disciplinas que podem ser direcionadas para todos sem distinção de ninguém, a forma de como vai ser repassada, é o desafio.

Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. (Mantoan, p 25, 2003). Para a autora não existe segredos dessa fórmula, o grande desafio está relacionado às práticas de ensino que poderão ser adequadas às diferenças, na realidade às diferenças, nem se quer deveriam existir, o se importar com o próximo seria o caminho viável.

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. (Mantoan, p 31, 2003). Para a autora a palavra seria inovar, mas não no sentido fora do comum, afinal, a escola toda precisa ter uma pauta reflexiva sobre a inclusão, será que estamos no caminho certo, ou ainda nem chegamos perto do que se tanto propõe.

Penso que o futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. (Mantoan, p 48, 2003). Leis são necessárias para serem postas em prática, então isso depende muito do compromisso de como transformar as escolas para que realmente se possa ocorrer a inclusão de fato dentro de cada realidade.

Em suma, Mantoan vê a legislação inclusiva como um avanço legal necessário, mas enfatiza que sua efetivação depende de uma mudança de paradigma cultural e pedagógico nas escolas, que devem se reestruturar para acolher a totalidade da diversidade humana, (Será que após dez anos o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência?)

Segundo (Freire, 1998. P.108). "A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades". Entra em defesa da postura inclusiva do

professor, esses e entre outros que discutem o termo educação inclusiva dentro do contexto escolar.

A escola é o lugar onde se vai encontrar pessoas com culturas bastante distintas, e como a escola é um direito de todos, para que realmente possamos fazer essa interação entre essas culturas, o PPP é essencial dentro do âmbito escolar, para que se possa pôr em prática a educação inclusiva, que apesar dos obstáculos, este já ajuda bastante para que os alunos possam se sentir seguros e a vontade, tirando da cabeça essa ideia de diferenças.

É através das metodologias que passamos perceber que existe diferenças e sim somente vontade de realizar algo que para o próximo será essencial dentro de sala de aula, de certa forma o que às vezes parece ser impossível para alguém, na realidade pode ser possível através do reinventar, é como um método que possa ser utilizado por muitas pessoas e não somente por alguns indivíduos.

No PPP da escola encontra-se citado o autor Cury (2008) explica que a educação escolar dialoga com as múltiplas dimensões da vida sociocultural e que nelas são expressas as desigualdades sócio históricas e assinala para o cuidado em propostas de inclusão que sejam seletivas e que não causem ainda maior exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo do estudo de analisar como a inclusão de alunos com deficiência é tratada no PPP, constatou-se que o documento apresenta informações ausentes ou insuficientes, gerando lacunas significativas. Embora traga alguns pontos relevantes sobre a inclusão, como práticas educativas e organização institucional, o conteúdo ainda é limitado no que se refere à educação inclusiva. Essas omissões dificultam a compreensão das intenções e práticas da escola e da efetiva aplicação das diretrizes legais e pedagógicas no cotidiano escolar.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de revisão e atualização do PPP, a fim de que oriente a prática pedagógica de forma mais clara, coerente e alinhada às necessidades dos estudantes. Por fim, sugere-se a realização de uma pesquisa de campo na escola, para verificar se as diretrizes descritas no documento se concretizam em práticas inclusivas e para identificar desafios e possibilidades de melhoria.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2020 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 16537:2024 — Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação (Accessibility — Tactile walking surface indicator — Technical parameters for project and installation). 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020; 2024. 58 p.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Resumo técnico – Censo da Educação Básica 2017. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2017.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 out. 2025. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/15206>. Acesso em: 06 nov. 2025.

BERSCH, Rita Design **Um Serviço De Tecnologia Assistiva Em Escolas Públicas**. Porto Alegre, 2009. disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18299/000728187.pdf> Acesso em: 27 out. 2025.

BOROWSKY, F. **Fundamentos teóricos do curso de aperfeiçoamento de professores para o atendimento educacional especializado: novos referenciais?** 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAMARGO, Miriam Rosa Torres de; SANTANA, Izabella Mendes. **Formação e atuação de professores em salas de recursos multifuncionais**. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 7, n. 13, p. 198-218, jan./jun. 2015.
CURY, C.R.J.. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários**. Educação em revista, n.48. Dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALVÃO FILHO, T. A. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios**. In: Revista da FAGED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia –FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Também disponível em: < http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm > Acesso em 07 out. 2025.

GUERREIRO, E. M. B. R. **A Acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência**. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415/3816> . Acesso em: 06 out. 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 272 p.

MANTOAN M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

SAVI, Aline Eyng; ANTUNES, Elaine Guglielmi Pavei; FABRE, Haron; MEDEIROS, Pedro Luiz Kesting; CALABREZ, Tainara. **Arquitetura escolar inclusiva: reflexões sobre a acessibilidade na experiência da extensão universitária**.

Revista de Extensão da UNESCO, Criciúma, v. 5, n. 1, 2020. Relato de experiência. ISSN 2448-4245.